

Editorial 110 – Os índices da Conta Geral do Estado de 2023

Por: Agostinho Mateus

Balanço Patrimonial de 2023

Índices	2023
Imobilização de Activos	48,63%

Fonte: MinFin/CGE 2023

Um dado crucial do balanço patrimonial é que cerca de 95% dos **activos imobilizados** referem-se a registos de imóveis e à constituição ou aumento de capitais de empresas públicas. Este ponto é particularmente relevante, uma vez que muitas dessas empresas são conhecidas por sua ineficiência. Esta situação levanta questões sobre a alocação de recursos e a rentabilidade dos investimentos realizados pelo Estado. Os activos imobilizados são, em grande parte, passivos potenciais em termos de retorno, o que pode influenciar a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Para melhorar a eficácia do balanço patrimonial, seria prudente que o Estado avaliasse a viabilidade económica e a eficiência das empresas públicas em que investe, buscando reformar ou privatizar aquelas que não apresentam um desempenho satisfatório e/ou que estejam inoperantes, preferencialmente no estado em que se encontram. Essa estratégia poderia liberar recursos para serem investidos em áreas com maior potencial de retorno e impacto positivo na economia, como infraestrutura e inovação.

Balanço Orçamental de 2023

Índices	2023
Execução Orçamental (Receita)	101,13%
Défice/Superávit Orçamental	0,37%
Pressão Fiscal	13,02%
Despesa Corrente / Despesa Total	45,99%

Fonte: MinFin/CGE 2023

A análise do balanço orçamental de 2023 revela uma **execução das receitas** de 101,13%, o que, à primeira vista, parece ser um indicador positivo, mostrando que as receitas realizadas superaram as previstas. No entanto, um exame mais profundo revela que essa performance não decorre de uma melhoria na arrecadação da receita tributária. Pelo contrário, as receitas tributárias registaram em 2023 uma diminuição em relação a 2022, em termos reais na ordem de 27%, o que aponta para possíveis desafios na captação de receitas fiscais, por dificuldades económicas e eventualmente, por questões relacionadas à falta de capacidade de alargamento da base tributária.

O desempenho destacado das receitas foi, na verdade, impulsionado pela receita de capital, representada predominantemente por financiamento externo e interno, que correspondeu a cerca de 100% da receita de capital e 36% da receita total. Essa dependência acentuada do financiamento como forma de complementar o orçamento indica uma vulnerabilidade na estrutura fiscal do país, evidenciando a necessidade de

fontes de receita mais sustentáveis e diversificadas. O Governo deve criar estratégias para ampliar a base tributária e aumentar a eficiência da colecta de impostos para evitar que o orçamento fique excessivamente dependente de receitas não correntes ou empréstimos.

A **pressão fiscal** de cerca de 13% do PIB é outro aspecto relevante da análise. Embora esse valor seja considerado moderado em comparação com padrões internacionais, ele deve ser interpretado com cautela, especialmente em um contexto em que apenas cerca de 20% da economia é formal. O facto de aproximadamente 80% da actividade económica estar no sector informal significa que uma grande parcela do potencial tributário não é aproveitada, limitando a arrecadação fiscal e impactando a capacidade do Estado de aumentar as receitas sem recorrer a medidas que possam sobrecarregar os contribuintes formais.

Esse dado é revelador do grande desafio que o país enfrenta em trazer a economia informal para a formalidade, uma acção que pode aumentar significativamente as receitas fiscais sem pressionar excessivamente os sectores já tributados. Políticas que incentivem a formalização de pequenos negócios e trabalhadores informais podem ser uma solução para melhorar a equidade fiscal e aumentar as receitas de forma sustentável.

O **superávite orçamental** de 0,37% do PIB, revela que as receitas superaram as despesas, o que indica um resultado orçamental equilibrado e uma gestão fiscal mais rigorosa. Este superávite é um alívio num contexto em que as receitas tributárias caíram em comparação com o exercício de 2022, reflectindo um desempenho económico desafiador e uma base tributária ainda limitada.

A **relação entre despesa corrente e despesa total**, com um índice de aproximadamente 46%, mostra que uma parte significativa das despesas totais foi dedicada a despesas correntes, incluindo especialmente salários, serviços e juros sobre a dívida. Este valor reflecte um equilíbrio relativo, indicando que as despesas correntes não consomem a maior parte do orçamento, permitindo que ainda haja espaço para investimentos em capital e desenvolvimento. No entanto, o facto de uma parte substancial das despesas correntes estar comprometida com o pagamento de juros (aproximadamente 40% das despesas correntes) destaca a necessidade de uma gestão mais eficaz da dívida pública.

Balanço Financeiro de 2023

Índices	2023
Serviço da Dívida	46,80%

Fonte: MinFin/CGE2023

O índice de **serviço da dívida**, que alcançou cerca de 47% das receitas, evidencia que quase metade das receitas do país foi destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida. Este é um sinal de alerta, pois indica uma significativa limitação da capacidade orçamental para financiar outras áreas essenciais, como investimentos em infraestrutura, programas sociais e políticas de incentivo ao crescimento económico. Se essa tendência de altos níveis de serviço da dívida persistir, pode comprometer a sustentabilidade fiscal a médio e longo prazo, aumentando a necessidade de novos empréstimos e, consequentemente, o nível de endividamento.

Para mitigar os riscos associados a um índice elevado de serviço da dívida, é crucial que se adoptem estratégias eficazes de gestão da dívida. Isso inclui, naturalmente, a renegociação de condições de empréstimos, a busca por taxas de juros mais favoráveis e

o alongamento dos prazos de pagamento. Além disso, a diversificação das fontes de financiamento e a implementação de políticas de crescimento económico que aumentem a arrecadação de receitas são passos fundamentais para reduzir essa dependência.

Em síntese, a análise dos balanços patrimonial, orçamental e financeiro de 2023 revela uma situação complexa. No lado positivo, a execução orçamental das receitas e despesas acima do previsto demonstra uma capacidade de gestão orçamental que pode ser considerada satisfatória. No entanto, a dependência de receitas de capital predominantemente financiadas e a queda nas receitas tributárias em comparação com 2022 levantam preocupações sobre a sustentabilidade a longo prazo. A pressão fiscal de 13%, embora moderada, é limitada pela alta informalidade da economia, o que reduz o potencial de arrecadação e limita as opções de políticas fiscais.

O défice orçamental controlado e o equilíbrio na relação entre despesas correntes e totais sugerem uma administração orçamental que mantém alguma margem para investimentos, mas o elevado índice de serviço da dívida (47%) impõe um desafio considerável à flexibilidade fiscal do país. A manutenção de quase metade das receitas comprometidas com o serviço da dívida não é sustentável a longo prazo e requer acção estratégica para assegurar a resiliência económica e a estabilidade fiscal. O foco em políticas que promovam o crescimento económico inclusivo, a formalização da economia e uma gestão prudente da dívida será essencial para fortalecer a capacidade do país em enfrentar desafios futuros e sustentar o desenvolvimento.

Luanda, 4 de Novembro de 2024